

A cultura escolar e a formação de professores em Cianorte/PR: da institucionalização às práticas e saberes pedagógicos (1957-1964)

A school culture and teacher training in Cianorte/PR: from the institutionalization process to practice and educational knowledge (1957-1964)

La cultura escolar y la formación de profesores en Cianorte/PR: de la institucionalización a las prácticas y saberes pedagógicos (1957-1964)

ANDRESSA LARIANI PAIVA GONÇALVES¹; ANALETE REGINA SCHELBAUER²

Resumo

O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa que objetivou investigar a história da institucionalização do ensino normal regional no Município de Cianorte-PR, entre as décadas de 1957 e 1964. O recorte temporal engloba os marcos de abertura e encerramento das atividades da instituição. O expressivo acervo documental encontrado e a constatação de um emergente movimento de historiadores da educação em salvaguardar os acervos documentais escolares possibilitaram a implementação de um inventário de fontes, que, além de oferecer subsídio para esta e outras pesquisas, contribui para o resguardo do patrimônio documental escolar da cidade de Cianorte. Neste, caracterizamos o contexto de implantação da Escola Normal Regional Silva Jardim -ENRSJ- e identificamos aspectos inerentes à cultura material escolar e a maneira como os sujeitos se exteriorizavam no tecido social, evidenciando a participação do corpo docente e discente da instituição.

Palavras-chave: Escola Normal Regional; Cultura Escolar; Formação de professores; Cianorte-PR.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: andressalariani@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: analeteregina@gmail.com

Abstract

This article presents partial research results that aim to investigate the history of institutionalization of regional normal education in the municipality of Cianorte-PR between the years of 1957 and 1964. The time frame covers the opening and closing marks of the institution's activities. The significant document collection found and the finding of an emerging education historians movement to safeguard school documents enabled the implementation of an inventory of sources, which, in addition to offer subsidy for this and other research, contributes to the safeguarding of school documentary heritage of the city of Cianorte. In this sense, we characterize the context of implementation of the Normal Regional Silva Jardim School – ENRSJ – identifying aspects of cultural school materials and the way the subjects manifested themselves in the social fabric, showing the collaboration of the institution's faculty and students.

Keywords: *Normal Regional School; School Culture; Teacher Training; Cianorte-PR.*

Resumen

El artículo presenta resultados parciales de la investigación que pretendió pesquisar la historia de la institucionalización de la enseñanza normal regional en el Municipio de Cianorte-PR, entre las décadas de 1957 y 1964. El recorte temporal abarca los hitos de apertura y cierre de las actividades de la institución. El expresivo acervo documental encontrado y la constatación de un emergente movimiento de historiadores de la educación en salvaguardar los acervos documentales escolares posibilitaron la implementación de un inventario de fuentes, que, además de ofrecer subsidio para esta y otras pesquisas, contribuye para el resguardo del patrimonio documental escolar de Cianorte. En este, caracterizamos el contexto de implantación de la Escuela Normal Regional Silva Jardim -ENRSJ- e identificados aspectos inherentes a la cultura material escolar y el modo como los sujetos se exteriorizaban en el tejido social, evidenciando la participación del cuerpo docente y discente de la institución.

Palabras clave: *Escuela Normal Regional; Cultura Escolar; Formación de Profesores; Cianorte-PR.*

Recebido em: abril de 2016

Aprovado para publicação em: julho de 2016

Identificar os aspectos inerentes à cultura material escolar em uma instituição destinada a formação de professores para as áreas rurais no interior do Estado do Paraná e o modo como os sujeitos se exteriorizaram no tecido social, evidenciando a participação do corpo docente e discente na vida institucional, constitui-se na finalidade do presente artigo que tem como foco narrativo a história do ensino normal regional no Município de Cianorte-PR, entre as décadas de 1957 e 1964.

A presente temática se insere no âmbito das pesquisas e publicações que tem como objeto de estudo a história da escola primária e das instituições destinadas à formação de seus professores, sobretudo para o meio rural. No que tange à produção específica referente às escolas normais paranaenses e a formação do mestre rural, encontramos na tese de Miguel (1992) e nas demais produções da pesquisadora, um marco inaugural nos estudos sobre o tema, o qual tem sido alargado pelas contribuições oriundas das teses e dissertações publicadas nas últimas décadas, dentre as quais citamos: Vaz (2005); Sbardelotto (2009); Hervatini (2011); Facchi (2013); Lemiechek (2014); Cattelan (2014), Monteiro (2015) e Gonçalves (2016).

Com base nestes estudos observamos que a formação de professores para as áreas rurais apresenta um grande manancial para as pesquisas no âmbito da história da educação dado o seu caráter ainda lacunar entre nós, com isso afirmamos a necessidade de investigações que especifiquem as maneiras peculiares de institucionalização das escolas de formação de professores rurais em cada um dos estados do Brasil e, mais ainda, em cada uma das sub-regiões desses estados, por se tratar de imenso território, com especificidades políticas, climáticas, culturais e sociais, as quais não permitem generalizações.

Na busca por compreender como se configurou o processo de formação dos professores no município de Cianorte-PR, a partir do olhar para a Escola Normal Regional Silva Jardim, nos deparamos com uma variedade de fontes documentais encontradas no acervo institucional, as quais foram analisadas tendo como base o referencial teórico da Nova História Cultural, que, segundo Burke (2008), já praticada há quase duzentos anos e ‘redescoberta’ nos anos 1970, configura-se como uma área que não abarca uma definição específica, “[...] traduz-se em uma tradição da cultura em perpétua transformação, constantemente adaptada às novas circunstâncias”, dialogando com várias ciências, como antropologia, sociologia, geografia, dentre outras (BURKE, 2008, p. 10).

Deste modo, a narrativa que aqui apresentamos indica este esforço em se apropriar da instituição, que foi instituída e também instituinte, por ser composta por sujeitos históricos, a escola é mutante, pode ser modificada e é dinâmica. Sua dinâmica, que estabelece diálogo entre as prescrições, suas apropriações entre os sujeitos que ali estão, bem como o que é e como isto é traduzido para o contexto escolar, é a marca principal deste texto dissertativo que enfoca a cultura escolar.

Nesta perspectiva, o artigo apresenta a contextualização do tema, com o objetivo de situar a primeira escola de formação de professores no contexto de Cianorte-Paraná. Deste modo, abordaremos os principais aspectos sobre o espaço escolar e sua organização, enfatizando as relações de seus principais atores, os alunos e professores.

A Escola Normal Regional e o contexto da formação de Cianorte-PR

As primeiras iniciativas de colonização das terras do norte do Paraná datam de meados do século XIX³, quando a necessidade de comunicação entre as províncias de São Paulo e Minas com a isolada província de Mato Grosso fez com que o governo fundasse a colônia militar de Jataí em 1854, que, atualmente, consiste na cidade de Jataizinho. A partir desta primeira povoação, algumas outras se sucederam, mantendo o cenário essencialmente agrícola: “[...] plantavam algodão, arroz, feijão, fumo, etc. [...] até que, no início do século XX, quando a acelerada urbanização de São Paulo e o avanço da Estrada de Ferro Sorocabana em direção a oeste foram trazer mudanças ao norte paranaense” (WACHOWICZ, 2001).

As primeiras décadas do século XX ainda foram incipientes no que tange ao crescimento populacional do norte paranaense. Somente a partir da década de 1920, com a vinda da “Missão Montagu”⁴, iniciou-se um processo de reocupação⁵ acelerado que mudaria o cenário nas décadas consecutivas. Já em 1925, Lord Lovat, “[...] um escocês especialista em agricultura, reflorestamento e problemas de colonização” (KOHLHEPP, 2014), fundou a *Brazil Plantations Syndicate Ltda.*, empresa que, inicialmente, adquiriu algumas fazendas com o intuito de plantar extensas áreas de algodão, abastecendo as tecelagens inglesas. No entanto, este projeto inicial falhou devido ao rápido esgotamento do solo, e a cultura algodoeira foi abandonada, dando origem a duas novas companhias,

[...] que tinham como objetivo um grande processo de colonização com base em pequenas e médias propriedades: a) A Paraná Plantations Ltda., com sede em Londres, que assumiu todo o financiamento. b) A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), com sede em São Paulo e com a tarefa de operar a compra de terras, conduzir a exploração da terra e recrutar colonos. (KOHLHEPP, 2014, p. 57).

A partir deste momento, o processo de colonização das terras pertencentes ao Norte Novo – região que “[...] limita-se ao Norte com o Rio Paranapanema, ao Sul com a cidade de Manoel Ribas, a Leste com o Rio Tibagi e a Oeste com o Rio Ivaí, compreendendo as cidades-polo de Londrina, Maringá, Apucarana e Ivaiporã” (STECA; FLORES, 2002, p.

³ Estas iniciativas referem-se aos primeiros processos de colonização promovidos pelo estado, não desconsideramos que o território já era ocupado por outras populações, como indígenas e posseiros, conforme indica os estudos de Motta e Noelli (1999) e Tomazi (1999).

⁴ Missão financeira inglesa chefiada por Edwin Samuel Montagu que objetivava avaliar o estado das finanças brasileiras. Tinha como um de seus integrantes Lord Lovat, homem com interesses em terras e plantações de algodão, que adquiriu duas glebas no norte do Paraná e implementou o cultivo do algodão.

⁵ Optamos pelo termo “reocupação” por concordarmos que as terras pertencentes ao norte paranaense não eram “sertões desconhecidos” como afirma parte da historiografia. Estudos de Tomazi (1999) confirmam a existência de um relevante número de propriedades rurais anteriores ao processo de reocupação das terras promovido pelas companhias colonizadoras.

133) – teve um acentuado processo de colonização promovido, sobretudo, pela iniciativa privada. De acordo com Steca e Flores (2002), a CTNP adotou um processo denominado “Colonização-Dirigida”, cujo principal objetivo era a venda de terras e seu povoamento. No entanto Steca e Flores (2002, p. 140) salientam que “existem autores que interpretam esta divisão do território em pequenas propriedades como ‘socialização da colonização e da produção’, enquanto outros apontam que a ‘socialização’ beneficiou somente os vendedores das terras”.

Salientamos que o processo de reocupação das terras não ocorreu contemplando um vazio demográfico como afirma parte da historiografia, mas envolveu o conflito de interesses de diversas instancias e sujeitos.

Em finais da década de 1920 o processo de colonização promovida pela CTNP seguiu um ritmo acelerado. Londrina, a primeira cidade a ser fundada pela Companhia, recebeu sua primeira caravana de compradores “[...] em dezembro de 1929 e era composta de 8 japoneses que vieram acompanhados pelo notável pioneiro e agenciador de terras da Companhia, Sr. Hikomo Udihara” (COMPANHIA...,1975, p. 70). Em 1933, a povoação já contava com 396 casas, crescendo mais a cada dia, tornando-se município em 3 de dezembro de 1934 “[...] pelo Decreto Estadual n. 2519 e Distrito Judicial do mesmo nome” (COMPANHIA..., 1975, p. 72). As terras londrinenses e de seus arredores foram rapidamente ocupadas por compradores que vinham de diversas partes do Brasil e do mundo, fazendo com que várias outras cidades fossem fundadas, seguindo o ritmo acelerado da ocupação-dirigida promovida pela CTNP.

A partir de 1939, com a deflagração da II Guerra Mundial, os rumos da principal empresa colonizadora a agir no norte paranaense, a CTNP, mudaram. Com o envolvimento cada vez mais acentuado da Inglaterra no fronte de combate, os capitais estrangeiros ingleses foram colocados paulatinamente à venda, até que, em 1942, a CTNP entrou na listagem das companhias colocadas à disposição. Foi então que um grupo de investidores brasileiros, liderados por Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho, adquiriu a companhia inglesa “após dispendiosa transação” (COMPANHIA..., 1975, p. 99). Assim,

De 1944 – ano em que passou para o controle acionário de brasileiros – até 1951 – ano em que passou a se chamar Companhia de Terras Norte do Paraná – continuou executando a mesma política de vendas instituída com tanto êxito pelos ingleses e aplicada diretamente por Arthur Thomas e pelo substituto Hermann Moraes de Barros [...]. (COMPANHIA...,1975, p. 114).

Apesar de viver um período de administração transitório, as atividades ligadas à colonização continuaram de forma acelerada, chegando à fundação de Maringá, último núcleo de colonização da porção de terras do denominado Norte Novo, em 15 de maio de 1947 (COMPANHIA..., 1975, p. 140).

Com uma migração acentuada, o cunhão de terras pertencentes ao Norte Novo esgotou-se com rapidez, fazendo com que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

adquirisse uma nova porção de terras que se estendia do Rio Ivaí até o Rio Paraná, popularmente conhecida como Norte Novíssimo. Sobre a aquisição da CMNP desta porção de terras e a fundação de novos núcleos urbanísticos, Aristides de Souza Mello, engenheiro da CMNP, afirma que:

A alta direção da Companhia começou a sentir então a necessidade de criar novas cidades, em lugares judiciosamente escolhidos, abrangendo terras já vendidas, em fase de expansão do café e bem servidas por estradas. Assim surgiram os novos polos de desenvolvimento: Cianorte, inaugurada em 26 de julho de 1953 e Umuarama, inaugurada em 26 de junho de 1955. Todas estas cidades foram abertas obedecendo às mais avançadas normas de planejamento, como se observa em Maringá, detalhadamente projetada pelo hábil urbanista Jorge de Macedo Vieira. Com essas duas cidades foram atingidas as lindes das terras da Companhia no Paraná. (COMPANHIA..., 1975, p. 137).

Seguindo as diretrizes colonizadoras propostas pela CMNP, Cianorte, município fundado em 26 de julho de 1953, foi um dos últimos empreendimentos de colonização a ser idealizado. Segundo Kohlhepp (2014), entre 1947 e 1955, as cidades projetadas pela CMNP obedeceram a diretrizes mais extensivas devido ao grande crescimento econômico do norte do Paraná. Portanto, cidades como Cianorte, Maringá e Umuarama tiveram áreas urbanas que “[...] excederam de longe a já existente Londrina” (p. 86). Tais diretrizes, que seguiam o tipo de colônia denominado “Frontier”, foram uma forma absolutamente diferenciada de colonização, cujo primeiro expoente se impôs pela primeira vez em São Paulo nos anos 1930 (KOHLHEPP, 2014, p. 86).

O processo de ocupação das terras pertencentes ao município de Cianorte iniciou-se e os lotes de terras urbanos e rurais foram postos à disposição dos compradores. De acordo com Cioffi et al. (1995), uma pesquisa realizada no Cartório de Registro Civil do município demonstrou que, nos primeiros dez anos, as correntes migratórias dominantes procederam do Nordeste em 1955 e de paulistas a partir do ano seguinte, porque, de acordo com a autora, foi feita uma intensa propaganda de venda de terras pela CMNP nesse estado.

É importante ressaltar que a população que começou a povoar o município de Cianorte não encontrou um vazio demográfico aqui. Pelo contrário, pelos depoimentos recolhidos no livro memorialístico realizado por Cioffi et al.(1995), existem vários depoimentos que corroboram a existência de índios e caboclos vivendo nessa região. Sobre esta população de caboclos que habitava a região que a Companhia Melhoramentos adquiriu, Tomazi (1999) afirma que havia milhares de famílias que cultivavam roças, mas que não tinham a posse efetiva da terra, muitas vezes sendo expulsos e obrigados a lutar contra pistoleiros contratados por famílias ou empresas colonizadoras. Por este motivo, o autor afirma que “[...] muitos capítulos da história da (re)ocupação da terra do Paraná,

neste século, foram escritos com fogo e sangue [...]”, contradizendo o discurso dominante de ocupação pacífica (TOMAZI, 1999, p.66).

Assim, podemos observar, por meio da historiografia, que o município de Cianorte, seguindo as premissas estabelecidas pela companhia colonizadora, apresentou um amplo crescimento nos anos posteriores à sua inauguração, visto que se estabeleceram na região correntes migratórias predominantemente paulistas, seguidas da nordestina e da mineira. Obviamente, esta população necessitava do amparo das instituições estatais, dentre elas, as escolas, necessárias para a formação das crianças.

De fato, após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, observa-se a criação de Escolas Normais Regionais de nível ginásial em diversos estados brasileiros, objetivando a formação aligeirada de professores para atuar no ensino primário rural.

De acordo com Miguel (1997), no período que compreende os anos de 1946 a 1961, os cursos normais expandiram-se na mesma velocidade em que o estado contemplava a ocupação de suas terras. A autora salienta ainda que o “fenômeno” de expansão das escolas normais não ocorreu apenas no Paraná, mas em todo o território brasileiro, “[...] como parte da política de atendimento às populações em idade escolar, que permaneciam fora da escola ou dela se evadiam⁶” (MIGUEL, 1997, p. 115).

A política governamental que objetivava a criação tanto de escolas rurais quanto de escolas normais regionais fazia parte do plano do governo federal para combater o declínio massivo de matrículas na Educação Básica, identificado por meio do levantamento estatístico promovido nos primeiros anos da década de 1940⁷. De acordo com Miguel (1997, p. 116),

Para o governo, uma das causas do decréscimo quantitativo do número de escolas, de matrículas, da permanência e aprovação escolares, estava no fato de os professores formados em escolas urbanas não permanecerem trabalhando em escolas localizadas em zonas rurais. A esse fato aliava-se o índice geral insuficiente de matrículas, também no curso normal, e a pequena quantidade de escolas formadoras de professores mantidas pelo setor público.

Esta realidade, constatada por meio dos inquéritos sobre a situação pública realizados nos estados, levou o governo federal a realizar um amplo debate sobre a situação educacional, o qual identificou um desequilíbrio na estrutura econômico-social, ocasionada pelo êxodo rural. Admitindo que, para fixar a população no campo, era

⁶ Atualmente, estudos comparados apontam a necessidade de verificar como ocorreu essa expansão nos estados da federação, seguindo este intuito, a mesa redonda denominada “Novos (e velhos) problemas da História da Educação” apresentada durante o VIII CBHE, defendeu a necessidade da realização de estudos comparados sobre o ensino rural tanto no Brasil, quanto na América Latina.

⁷ Miguel (1997) afirma, com base na mensagem presidencial de 1948, que, em 1942, existiam 42.975 escolas, enquanto que, no final de 1946, o número era de 40.235 instituições de ensino primário no Brasil, dados estes que corroboram a preocupação governamental em desenvolver uma política voltada especificamente à criação de escolas rurais e cursos normais regionais destinados a formar professores para atuar no ensino rural.

necessário o oferecimento de condições habitacionais, de saúde, transporte e especialmente educacionais, foram promulgadas as leis orgânicas do ensino primário, normal e agrícola no ano de 1946, leis cujo objetivo principal era promover a melhoria do modo de vida, fixar o homem no campo; e “para essa tarefa, o governo contava com os professores”. (MIGUEL, 1997, p. 119).

A Lei n. 8529, de 2 de janeiro de 1946, que previa novas diretrizes para o ensino primário, estabelecia, dentre outras prerrogativas, que esta modalidade de ensino compreenderia: as escolas isoladas, aquelas com somente uma turma e um docente; as escolas reunidas, quando houvesse duas ou mais turmas e seus correspondentes professores; os grupos escolares, com cinco ou mais turmas e com o mesmo número de docentes; e as escolas supletivas, com qualquer número de docentes. Além dessa divisão, a Lei Orgânica do Ensino Primário previa, em capítulo específico relacionado ao magistério primário, que este nível de ensino só poderia ser exercido por brasileiros aptos, formados em cursos apropriados, ou que, por ventura, tivessem “prestado exame de habilitação, na forma da lei” (art. 34). Para tanto, cabia aos poderes públicos o dever de providenciar o contínuo aperfeiçoamento técnico deste professorado, assim como das instituições correspondentes. (BRASIL, 1946b).

Com a finalidade de estabelecer diretrizes nacionais para a formação de docentes e na tentativa de melhorar o quadro que apontava a falta de profissionais da educação com formação específica, a Lei Orgânica do Ensino Normal também foi aprovada em dois de janeiro do correspondente ano. A Lei n. 8530/46 estabelecia como primeira finalidade dos cursos normais [...] “prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias”. (BRASIL, 1946a, Art. 1, inciso 1). Seguindo esta prerrogativa, os cursos normais deveriam ser ministrados em dois ciclos distintos, o primeiro destinado à formação de ensino primário de nível ginásial, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários de nível colegial, ou seja uma formação secundária, com duração de três anos.

Ao buscarmos dados nas Mensagens de Governo, constatamos que em um período de oito anos, o número de escolas normais regionais paranaenses salta de dezoito, como mencionado na Mensagem de 1950, para setenta e uma, conforme Mensagem de 1958, o que indica um crescimento de aproximadamente 300% no número de instituições de primeiro ciclo destinadas à formação de professores normalistas. Neste interim, foram criadas pelo governo de Moysés Lupion setenta e nove escolas normais regionais no período de 1948 até 1957, das quais setenta e uma estavam efetivamente funcionando no ano de 1957. (PARANÁ, 1948,1951,1958).

Inserida no movimento de expansão das instituições escolares voltadas para a formação de professores normalistas no território paranaense, a primeira escola normal de Cianorte iniciou suas atividades no ano de 1957, tendo sido denominada inicialmente Escola Normal Regional de Cianorte e, posteriormente, Escola Normal Regional Silva Jardim, processo que ocorreu dois anos após a institucionalização da primeira escola primária, a Casa Escolar Cianorte, criada por meio da iniciativa dos próprios moradores em 1955. (GONÇALVES, 2012).

No entanto, cabe ressaltar que apesar da ampliação do número de escolas voltadas à formação do professor rural, desencadeado a partir da Lei Orgânica de 1946, a figura do professor leigo continuou a fazer parte do cenário educacional das áreas rurais paranaenses durante os anos que sucederam a aprovação da Lei, à medida que “[...] a formação específica não era garantia de que o professor exercesse sua docência nas áreas rurais, para as quais o deslocamento e as condições de trabalho nem sempre eram favoráveis”. (FURTADO; SCHELBAUER; SÁ, 2015, p. 136).

A Escola Normal Regional Silva Jardim: Aspectos da cultura escolar

Entendemos que a cultura escolar envolve toda a vida de uma instituição, desde aspectos que permeiam a construção de ideias, como ensinar e aprender, até mesmo como se deram as apropriações a respeito dos objetos, condutas a serem seguidas, hábitos e ritos criados em seu interior, dentre vários outros aspectos.

Neste sentido, Vidal e Schwartz (2010) afirmam que as investigações que vêm tematizando as investigações no campo da cultura escolar nos últimos anos têm elegido alguns pontos principais, a saber: espaços escolares, sujeitos da educação, tempos escolares, disciplinas escolares e cultura material escolar. Estes aspectos articulam-se entre si e convergem em dois eixos distintos: o primeiro refere-se ao funcionamento interno da instituição, e o segundo identifica as relações que a escola estabelecia com a sociedade e a cultura. Estas questões, que por vezes podem ser discutidas separadamente, entrelaçam-se, auxiliando-nos a perceber as intrincadas relações históricas entre a história e a sociedade.

Os materiais pertencentes à instituição, após um ano de existência, revelam a simplicidade das condições de funcionamento do curso. Dentre os bens descritos, observa-se que a grande maioria consiste em objetos pertencentes à secretaria, alguns materiais de limpeza e sessenta carteiras, dois armários, duas mesas e dois quadros-negros, dos quais os quatro últimos indicam a estrutura de duas salas de aula. Além disso, podemos constatar que alguns materiais foram adquiridos com verbas próprias do curso (Banda de tambor, Coleção Pedagógica, Coleção de História e Álbum de fotografias), enquanto outros, como Livros da biblioteca e maçaneta, foram ofertados.

Quanto à origem dos materiais que a escola possuía, observa-se que a maioria era oriunda de verbas do estado, enquanto que alguns eram ofertados pela comunidade e outros, ainda, eram adquiridos com verbas próprias da escola, obtidas por meio de promoções. Na sua maioria, os materiais utilizados pela instituição indicam que a escola mantinha uma estrutura bastante simples, já que, nas salas de aula, havia basicamente carteiras comuns, armários, lousas e seus suportes, apagador e giz.

O acervo que constituía a biblioteca da Escola Normal Regional Silva Jardim era composto predominantemente por obras de literatura nacionais e internacionais, uma enciclopédia, alguns títulos traduzidos de autores estrangeiros, livros de literatura infantis e livros didáticos.

Verificamos que a biblioteca da Escola Normal Regional Silva Jardim em parte foi constituída com títulos aleatórios, visto que consta no *Livro ata das Comemorações* que, em 1961, a instituição realizou um evento envolvendo a comunidade escolar, cuja finalidade foi angariar títulos para compor a biblioteca da escola. A “Semana do Livro”, como foi nomeada, realizou um baile que arrecadou uma considerável quantia de dinheiro, o que possibilitou à instituição adquirir vários livros para o acervo da biblioteca.

Encontramos vários indícios na pesquisa realizada que dizem respeito a eventos internos e externos, cujas dimensões se enquadram na imaterialidade que os alunos, professores e funcionários da ENRSJ participaram. Dentre eles, destacamos os registros no *Livro Ata das Comemorações*, documento que descreve ao todo trinta e nove eventos festivos realizados pela escola, ou que, de alguma forma, promoveram a participação de seus membros

Ao lançarmos um primeiro olhar sobre as comemorações realizadas pela ENRSJ, percebemos que elas são de ordem variada. Consideram-se eventos festivos desde aulas inaugurais e de encerramento do ano letivo, passando por eventos de cunho popular, como o dia das mães e dia da árvore, e, com maior frequência, comemorações ligadas a datas políticas pré-estabelecidas pelo estado, como dia pan-americano, dia de Tiradentes, Proclamação da República, dentre outras.

Estes festejos aproximam-se da divisão proposta por Bencostta (2006, 2010) que ao analisar os festejos do Grupo Escolar Dr. Francisco Xavier da Silva, de Curitiba, faz distinção entre os eventos de ordem cívica e os eventos que faziam parte da demanda social, que não eram obrigatórios por Lei, mas que, mesmo assim, a escola entendia ser importante realizar.

Também Souza (2000), ao proceder a análise das comemorações, também as separou em dois grupos distintos. No primeiro, as festas denominadas “sucesso escolar”, que abarcam as festas de início e encerramento do ano letivo, os rituais como provas e exames e as cerimônias de início e encerramento do ano letivo, dentre outros. No segundo, enquadrou as festas pertencentes ao “imaginário sociopolítico”, cujas datas faziam parte do imaginário da população e eram responsáveis pela transmissão de valores morais e cívicos, como o dia da bandeira, o dia pan-americano, o dia de Tiradentes, dentre outros.

Constatamos ainda a existência de muitos eventos ligados à promoção da cultura cívica, ou ligados ao “imaginário sociopolítico”, como a Comemoração ao dia pan-americano, Dia de Tiradentes, Semana da Pátria, Proclamação da República, Dia da Bandeira e Dia do Soldado. No entanto percebemos que somente alguns deles eram comemorados fora do âmbito escolar, ou seja, somente em algumas datas os alunos e professores saíram do contexto escolar e interagiram com a comunidade. Na maioria das vezes, as comemorações eram realizadas internamente e seguiam um programa simples, cujo conteúdo basicamente consistia em preleções alusivas ao tema e declamações de poesias.

Outra forma de interação entre os alunos e professores da ENRSJ e a comunidade foi constatado por meio da participação da instituição em desfiles, tanto aqueles relacionados ao aniversário de Cianorte, festejado em vinte e seis de julho, quanto voltados ao feriado referente à Independência do Brasil, comemorado no dia sete de setembro. A fotografia a seguir retrata a participação dos alunos da ENRSJ em um destes desfiles cívicos.

Figura 1 - Desfile Cívico dos Alunos da ENRSJ (Década de 1960)



Fonte: Acervo pessoal Luis Ohi.

Os alunos preparavam-se com rigor para participar destes eventos, vestiam-se de forma idêntica e organizavam-se em filas judiciosamente distribuídas de forma a inferir a impressão de ordem. Assim, é possível observar, por meio das fotografias, o envolvimento dos sujeitos, cujo entusiasmo expressa o intrincado relacionamento que as instituições escolares e os alunos que as representavam mantinham com a manutenção da cultura cívica, objetivo desses eventos.

Neste sentido, Bencostta (2006) argumenta que “[...] os desfiles escolares entendidos como festa são uma construção social que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma certa cultura cívica inerente aos seus atores [...]”. É o que observamos tanto nas imagens quanto por meio dos indícios que apontam a constante participação dos alunos da ENRSJ nos desfiles cívicos.

Quanto aos alunos da ENRSJ, os dados encontrados na documentação apontam que durante o período de funcionamento do curso o índice de desistência foi relativamente alto. Quantificamos o índice de desistentes mediante a comparação do número de alunos

matriculado no primeiro ano do curso com o número de formandos no seu final. Na tabela a seguir, é possível observar a grande quantidade de desistências.

Tabela 1- Comparação entre matrículas e desistências

Ano/Turma	Número de alunos matriculados no 1º ano	Número de formandos	Número de alunos desistentes
1957	35	16	19
1958	23	12	11
1959	24	11	13
1960	25	12	13
1961	22	13	09

Fonte: Gonçalves, 2016.

Os números indicam que, do total de 129 alunos que efetivaram a matrícula e iniciaram o ano letivo, durante o período de 1957 e 1961, apenas 64 concluíram o curso quatro anos depois. O alto índice de evasão, de 50,3%, que justifica os poucos formandos da ENRSJ, vai ao encontro da afirmação de Lima (2015) de que a desqualificação dos professores foi uma constante, fato corroborado pelo implemento de sucessivos programas governamentais destinados à qualificação dos professores, como o Programa Logos II, cuja documentação, catalogada pela referida pesquisadora, revela a realização deste curso no município de Cianorte durante as décadas de 1970 e 1980.

Outro aspecto que foi possível verificar, por meio dos dados registrados nos Diários de Classe, foi a grande presença dos alunos do sexo feminino. A tabela apresentada na sequência explicita o pequeno número de normalistas do sexo masculino, tanto que, no último ano, o ingresso no curso normal regional foi totalmente feminino.

Tabela 2- Relação de alunos matriculados por sexo

Ano/Turma	Número de alunos matriculados no 1º ano	Número de alunos do sexo masculino	Número de alunos do sexo feminino
1957	35	8	27
1958	23	4	19
1959	24	2	22
1960	25	3	22
1961	22	-	22

Fonte: Gonçalves, 2016.

Observamos que a ENRSJ totalizou 20 professores lecionando as disciplinas do programa. Por vezes, o mesmo profissional era o responsável por ministrar mais de uma disciplina, sobrecarregando-se de trabalho devido à falta de um substituto. Nos primeiros quatro anos, praticamente todas as disciplinas eram ministradas pelos mesmos profissionais. Estes dados nos remetem aos estudos que tomam como objetivo identificar os motivos da feminização do magistério. Inicialmente, as primeiras escolas normais do

Brasil eram destinadas exclusivamente aos elementos do sexo masculino. Somente nos anos finais do Império que a abertura ao sexo feminino foi acontecendo aos poucos, junto com o florescimento da ideia de que o magistério deveria ser destinado à mulher, por ser um prolongamento do papel de mãe e educadora que exercia no âmbito familiar. Por outro lado, a mão de obra feminina apresentava-se como viável para as escolas primárias, uma vez que eram pouco procuradas pelos homens devido à baixa remuneração. (TANURI, 2000). Campos (2002), por sua vez, afirma que a mentalidade que ligava a figura da mulher à vocação inata de educadora estava imbricada na sociedade desde meados do século XIX, tanto que, ao fim da Primeira República, a feminização do magistério no estado de São Paulo era uma realidade consumada.

No decorrer do século XX, o magistério apresentava-se como o caminho possível para grande parte das mulheres, especialmente as de classe média, já que, até os anos 1930, era o único trabalho considerado digno a ser exercido por elas. No entanto às mulheres era aceitável somente lecionar; a condução da educação, ou seja, os cargos diretivos, de liderança eram destinados aos homens, revelando uma perpetuação patriarcal relegada à figura feminina (RABELO; MARTINS, 2006).

Podemos afirmar, portanto, que o cenário predominantemente feminino da ENRSJ se configurava representativo destas escolas, as quais se disseminaram na segunda metade do século XX, atingindo um público alvo essencialmente feminino.

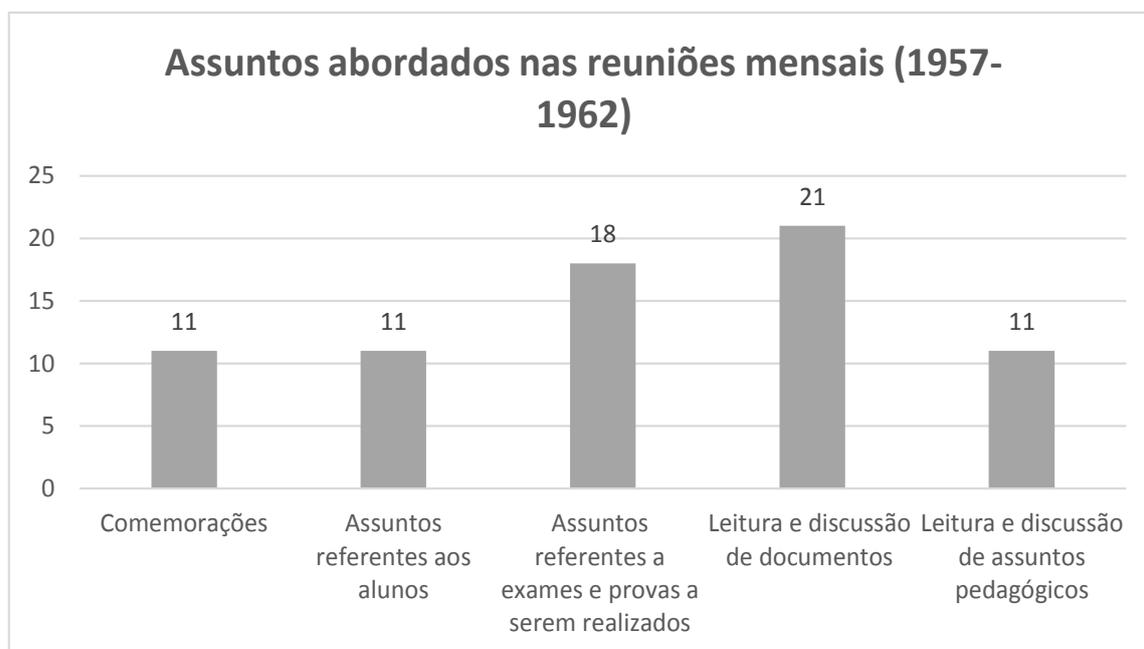
Quando ao quadro de professores que lecionaram na ENRSJ observamos que entre 1957 e 1964, um total de 20 professores prestaram serviços na escola. Por vezes, o mesmo profissional era o responsável por ministrar mais de uma disciplina, sobrecarregando-se de trabalho devido à falta de um substituto. Nos primeiros quatro anos, praticamente todas as disciplinas eram ministradas pelos mesmos profissionais e, em alguns casos, ainda acumulavam funções, como é o caso da secretária, também professora de Português, Neusa Martini Sella, e da diretora Maria Sônia Azevedo Oliveira, que ministrava as disciplinas de Matemática, Canto Orfeônico e Educação Física. A falta de profissionais qualificados era um problema enfrentado pela escola desde sua abertura.

Os professores também interagiam entre si, discutiam assuntos referentes ao cotidiano da escola, debatiam problemas com alunos, organizavam festas e comemorações internas. O *Livro Ata das Reuniões Pedagógicas*, que contém o registro de 32 reuniões, permite-nos conhecer pormenores do cotidiano administrativo e detalhes das discussões realizadas.

Quanto ao conteúdo nelas tratados, eram discutidos assuntos variados, desde pautas referentes à administração do cotidiano escolar até problemas internos de ordem variada. Fato que nos chamou a atenção é que o primeiro assunto a ser registrado em todas as atas era a discussão das circulares, portarias ou demais documentos enviados pela Secretaria de Educação e Cultura ou pelo Serviço de Ensino Normal; mesmo que não houvesse documentos, eram mencionados como inexistentes naquela ocasião.

Como as reuniões apresentavam pautas muito variadas, organizamos um gráfico, apresentado a seguir, com os assuntos mais recorrentes no conjunto das atas

Gráfico 1 - Demonstrativo dos assuntos mais abordados nas reuniões docentes



Fonte: Gonçalves, 2016.

Identificamos cinco assuntos abordados constantemente: as comemorações que a escola deveria participar ou organizar; assuntos referentes a dificuldades ou problemas relativos aos alunos; discussões acerca da preparação e organização dos exames parciais e das provas finais; leitura e discussão de documentos oficiais recebidos pela escola; e, por fim, a discussão de assuntos pedagógicos. Assim, podemos inferir que as reuniões pedagógicas realizadas pelos professores da ENRSJ constituíam espaços de interação, em que os professores discutiam temas relativos ao seu cotidiano. Esses momentos possibilitavam ainda debater as instruções vindas dos órgãos superiores, oferecendo evidências sobre as relações entre escola e estado, além de colocar as reuniões como campos cujas relações estratégicas denotavam ações práticas.

É importante ressaltar que o cotidiano da escola e as tentativas de desenvolver um espaço de qualificação são expressão do conjunto de práticas que proporciona a transmissão dos saberes e conhecimentos que se coadunam e justificam as ideias em circulação. As ações dos sujeitos, tanto na interação, pela materialidade que lhe é imposta, quanto ao participar de eventos efêmeros, vão ao encontro das práticas desenvolvidas cotidianamente e permitem visualizar as diferentes maneiras de produção e percepção do espaço escolar pertencente à ENRSJ.

As disciplinas ministradas na Escola Normal Regional Silva Jardim entre 1957 e 1964

Outro aspecto a que nos dedicamos no decorrer da pesquisa refere-se a identificação e sistematização das disciplinas ministradas no Curso Normal Regional Silva Jardim. Por meio da leitura e análise da série documental composta por quinze livros atas constatamos que durante o período de 1957 a 1964, houve o registro da maioria das disciplinas, uma vez que todas foram citadas, salvaguardadas algumas lacunas. Com vistas a oferecer organicidade e clareza das informações organizamos o quadro a seguir:

Quadro 1- Comparação entre disciplinas ministradas e séries correspondentes da Escola Normal Regional Silva Jardim (1957 a 1964)

DISCIPLINAS	1 SÉRIE	2 SÉRIE	3 SÉRIE	4 SÉRIE
PORTUGUÊS	X	X	X	X
MATEMÁTICA	X	X	X	X
CIÊNCIAS	X	X	X	X
DESENHO E CALIGRAFIA	X	X	X	X
CANTO ORFEÔNICO	X	X	X	X
EDUCAÇÃO FÍSICA	X	X	X	X
FRANCÊS	X			
GEOGRAFIA GERAL	X	X	X	
TRABALHOS MANUAIS E ECONOMIA DOMÉSTICA	X	X		
HISTÓRIA DO BRASIL		X		X
GEOGRAFIA DO BRASIL		X		
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA		X		X
TRABALHOS MANUAIS E ATIVIDADES ECONÔMICAS DA REGIÃO		X	X	
HISTÓRIA GERAL			X	
GEOGRAFIA DO PARANÁ E DAS AMÉRICAS			X	
TÉCNICA MANUAL			X	
ANATOMIA			X	
INGLÊS			X	
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA			X	
HIGIENE				X
PUERICULTURA				X
PSICOLOGIA E PEDAGOGIA				X
DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO				X

Fonte: Gonçalves, 2016.

Conforme consta, o currículo vigente era composto por disciplinas de formação básica, oferecida em todos os anos do curso, como Português, Matemática, Ciências, Canto Orfeônico e Educação física, ao passo que as disciplinas de formação específica eram oferecidas apenas em determinadas séries. Deste modo, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, Atividade Econômica da Região, Psicologia e Pedagogia, Didática e Prática de

Ensino, Anatomia, Higiene e Puericultura, dentre outras eram distribuídas aleatoriamente durante os quatro anos de curso.

Ao compararmos os dados obtidos com a legislação vigente apuramos que a ENRSJ ofereceu disciplinas em conformidade com dois momentos distintos, o primeiro ente 1957 e 1961, seguindo as orientações do Decreto n. 18.180, de 9 de julho de 1955, e o segundo entre 1962 e 1964 quando inseriu, em sua grade curricular, disciplinas que contemplavam a flexibilização do ensino previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 4.024, de 1961.

No primeiro momento o currículo escolar das Escolas Normais Regionais estava em conformidade com os regulamentos da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946. Foi pelas orientações contidas nesta Lei que os Cursos Normais Regionais se disseminaram nos diversos estados da federação. No Paraná, a maioria das instituições responsáveis por esta modalidade de ensino foram criadas no governo de Moysés Lupion, tendo na elaboração das políticas educacionais de seu governo a participação expressiva do intelectual Erasmo Pilotto, cujas ideias comungavam com os ideais do movimento escolanovista. Segundo Miguel (1995),

A obra pedagógica de Pilotto representou o eixo de consolidação e expansão de um ideário educacional que continha elementos da Pedagogia da Escola Nova no sistema formal de educação paranaense, e que prevaleceu principalmente na formação dos professores primários, no período de 1938 a 1961. (MIGUEL, 1995, p. 82).

Diante desta afirmativa, compreender a intensa atuação de Erasmo Pilotto nas políticas públicas educacionais paranaenses desse período torna-se imperioso para o entendimento do programa disciplinar das Escolas Normais Regionais paranaenses. De acordo com Monteiro (2015), Erasmo Pilotto, apesar de ter redigido o plano de governo de Lupion, assumiu a Secretaria de Educação do Paraná somente dois anos após o início de seu mandato, onde vislumbrou, apesar de admitir ser impossível implantar em curto período de tempo os ideais escolanovistas, uma reforma e ampliação das escolas rurais e escolas de formação de professores para o ensino rural.

O intelectual visava promover uma educação de cunho cultural que abrangesse a comunidade de um modo geral; os conteúdos ensinados deveriam ultrapassar os currículos mínimos e extrapolar os bancos escolares de forma a atingir o meio social e familiar da criança. Tencionando implantar esta nova visão no ensino normal do estado, Pilotto procurou estabelecer algumas estratégias de trabalho que visassem contemplar os ideais escolanovistas por ele defendidos, através da utilização de métodos científicos que contemplassem a experimentação e a aplicação de técnicas pedagógicas previamente planejadas. Para isto, o educador e secretário defendia que o professor deveria ser preparado para uma escola ativa, que deveria oferecer atividades práticas, cuja missão era propiciar a cultura escolar para as comunidades em que atuasse, ou seja, caberia ao professor desenvolver ações baseadas em situações reais de forma a conseguir mudar a realidade posta. Assim, a ênfase no caráter higienista, expresso por meio das disciplinas de

Higiene e de Economia Doméstica, se propunha a oferecer novos horizontes, expressos em melhores condições familiares. (HERVATINI, 2011).

Além disso, Miguel (2011) aponta que as políticas nacionais e estaduais que foram implantadas a partir da década de 1940 possuíam um arranjo mais amplo, porque orientavam também outros países da América Latina, seguindo as recomendações da UNESCO. Assim, os cursos normais regionais, criados a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, incluíam algumas das orientações desta entidade internacional, que defendia que se assegurasse o mesmo nível de qualidade de educação para as zonas rurais e urbanas. Caso os professores encontrassem condições desfavoráveis, deveriam utilizar meios para se adaptar o programa, visando sempre ao estudo do meio rural de acordo com a realidade próxima da estudante.

Deste modo, o corpo disciplinar básico das Escolas Normais Regionais do Paraná, entre 1955 e 1961, estava pautado em orientações de vigência nacional e internacional e tinham objetivos claros. Tanto o movimento escolanovista, que se posicionava contra o ensino tradicional e pretendia implantar nas escolas uma nova organização científica, quanto as orientações internacionais expressas nos relatórios da UNESCO, identificadas por Miguel (2011), são elementos que nos auxiliam a compreender o contexto em que a Escola Normal Regional Silva Jardim estava inserida e a razão do currículo proposto para essa modalidade de ensino contemplar tais disciplinas.

A partir de 1961 Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia, com diminuição da centralização do Ministério da Educação e Cultura, o que ofereceu novos rumos para os programas curriculares das escolas brasileiras.

De acordo com Marchelli (2014), o período em que a LDB foi gestada, entre 1947 e 1961, foi palco de um exasperado conflito de interesses, envolvendo, de um lado, os liberais escolanovistas, defensores da escola pública e da descentralização dos processos educativos, e, de outro, os católicos que defendiam a escola privada e a não interferência do estado. Neste sentido, Saviani (2010) afirma que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961, atendeu tanto a aspiração dos renovadores, que almejavam, desde a década de 1920, a autonomia dos estados e a diversificação e descentralização do ensino, quanto ofereceu concessões à iniciativa privada.

Assim, os novos mecanismos que orientavam a educação nacional consistiam em dispositivos que expressavam a conciliação dos interesses em jogo, onde os princípios liberais e católicos foram contemplados. Nas palavras de Souza (2008):

[...] a LDB assegurou a liberdade de ensino e afrouxou os mecanismos de controle das escolas privadas, facultando a subvenção da União às escolas particulares para compra, construção ou reforma de prédios, compra de equipamentos e concessão de bolsas de estudo. Por outro lado, atendeu às reivindicações dos que há muito clamavam pela descentralização e flexibilidade na educação, conferindo aos Estados competência para a organização de seus sistemas de ensino. Desse modo, pela

primeira vez, a União abria mão do forte controle que exercera sobre o ensino secundário desde o Império. (SOUZA, p. 231, 2008).

Nesta perspectiva, Marchelli (2014) aponta que o sistema curricular proposto se fundamentou em quatro elementos distintos, as disciplinas obrigatórias, as disciplinas optativas, o currículo mínimo e a base comum. No que se refere a estes fundamentos Souza (2008) afirma que, em 1962 o Conselho Federal de Educação indicou as matérias obrigatórias de ensino médio, a saber: Português, História, Geografia, Matemática e Ciências, acenando ainda, na ocasião, como possibilidades de completar o número de disciplinas obrigatórias o ensino de Desenho e Organização Social e Política Brasileira, uma língua clássica e uma língua estrangeira moderna ou ainda duas línguas estrangeiras modernas (SOUZA, p.234, 2008).

Assim, o estado do Paraná reenquadrou os currículos das escolas normais por meio das Portarias n.873 de 15 de março de 1962 e n.1.749 de 11 de maio de 1962, as quais, buscavam acatar as orientações da LDB e atender as indicações do Conselho Federal de Educação e do Ministério de Educação e Cultura, oferecendo as instituições de ensino normal regional a opção de seguir um, dentre quatro programas distintos, a ser escolhido pela escola, aquele que julgassem se enquadrar da melhor forma possível a sua realidade.

Deste modo, a presença de disciplinas que pertenciam a essas novas orientações curriculares, propostas pela LDB, configuram-se em elementos que nos auxiliam o entendimento do contexto em que a ENRSJ estava inserida e a responder porque o currículo da instituição apresentou disciplinas diferenciadas a partir de 1962.

Considerações Finais

O artigo procurou abordar aspectos relacionados a cultura escolar e a formação de professores da Escola Normal Regional Silva Jardim no município de Cianorte-PR, deste modo, constitui-se um recorte da pesquisa sobre este município, entre 1957 e 1964.

Durante os anos de funcionamento concluímos que a Escola Normal Regional Silva Jardim possuía uma gama de materiais de uso cotidiano bastante simples, cujas salas de aula apresentavam uma estrutura padrão que comumente encontramos ainda hoje: carteiras comuns, quadro-negro, armário, lousa, apagador e giz. Afora os materiais básicos para o funcionamento da instituição, encontravam-se quadros explicativos de várias disciplinas e diversos títulos de livros que compuseram a biblioteca da escola.

Em relação às formas de exteriorização, viabilizadas por meio de eventos de ordem efêmera da ENRSJ, foi observada a presença de dois tipos diferentes de comemorações realizadas pela escola. Os primeiros encaixavam-se naqueles que pertencem à gama de comemorações patrióticas que o estado republicano determinava que as escolas celebrassem, classificados por Souza (2000) como pertencentes ao “imaginário sócio-político”; neste sentido, eventos como desfiles cívicos figuravam dentre os comemorados pela ENRSJ. Já os eventos denominados de “sucesso escolar” compreendiam as festas que

faziam parte da demanda social, como, o dia da criança, dia das mães, dentre outros, os quais foram alvo de comemorações anuais por parte dos alunos da instituição.

No que tange aos alunos, os dados obtidos por meio da análise documental indicam que, do total de 129 estudantes que ingressaram no curso, apenas 64 concluíram-no, apontando um alto índice de evasão, 50,3%. Além disso, a maioria dos indivíduos era do sexo feminino, remontando à feminilização do magistério, que acentuou-se a partir de meados do século XIX. Documentos também demonstraram que os alunos organizavam-se por meio do Grêmio Literário Duque de Caxias, responsável pela promoção de eventos em prol de fundos para a escola de modo a promover a melhoria do espaço por eles ocupado.

O Corpo Docente da ENRSJ foi constituído por um total de vinte professores, que lecionaram nas diversas disciplinas do programa. Este pequeno número de profissionais desdobrava-se para atender ao curso, alguns deles acumulavam funções, como a de professor e diretor ou professor e secretário da escola. No que se refere aos assuntos recorrentes que foram abordados pelos professores, o registro das reuniões pedagógicas nos mostrou que a preocupação dos mestres residia em discutir as comemorações que a escola deveria participar ou organizar; assuntos referentes a dificuldades ou problemas relativos aos alunos; discussões acerca da preparação e organização dos exames parciais e das provas finais; leitura e discussão de documentos oficiais recebidos pela escola; e, por fim, a discussão de assuntos pedagógicos, que nos permitiu inferir que as reuniões realizadas pelos professores constituíam espaços de interação, cujos temas relativos ao cotidiano eram debatidos.

Em relação as disciplinas, levantamos dados que nos remeteram a afirmar que a ENRSJ ofereceu disciplinas em conformidade com dois momentos distintos, o primeiro ente 1957 e 1961, seguindo as orientações do Decreto n. 18.180, de 9 de julho de 1955, e o segundo entre 1962 e 1964 quando inseriu, em sua grade curricular, disciplinas que contemplavam a flexibilização do ensino previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 4.024, de 1961. No primeiro momento o programa proposto para as Escolas Normais Regionais do Paraná foi idealizado pelo intelectual Erasmo Pilloto e estava pautado em orientações tanto de vigência nacional, baseadas em ideias que eram contrárias ao ensino tradicional e pretendiam implantar nas escolas uma nova organização científica, quanto nas orientações internacionais, expressas nos relatórios da UNESCO e identificadas por Miguel (2011). No segundo momento foi orientado pelas novas diretrizes contidas na LDB, Lei que atendeu tanto a aspiração dos renovadores escolanovistas, que almejaram, desde a década de 1920, a autonomia dos estados e a diversificação e descentralização do ensino, quanto ofereceu concessões à iniciativa privada, conforme afirma Saviani (2010).

Tendo em vista o recorte apresentado, esperamos contribuir com o campo da História e Historiografia da Educação. Concluímos que a pesquisa sobre a formação de professores com ênfase em uma determinada região contribui para o debate e assim pode promover discussões voltadas a história da educação comparada.

Referências

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 299-321.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. História da educação e cultura escolar: representações e imagens das festas escolares. In: VIDAL, Diana; SCHWARTZ, Clenara Maria (Orgs.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória, ES, EDUFES, 2010.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Normal**. Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. 1946a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Primário**. Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946. 1946b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 4024, de 20 de Dezembro de 1961**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2016.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMPOS, M. C. S. de S. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: A feminização da profissão. In: CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da. **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

CATTELAN, Carla. **Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 e 1981: a escola multisseriada**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2014.

CIOFFI, et al. **Cianorte – sua história contada pelos pioneiros**. Maringá, PR: Gráfica Ideal, 1995.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CMNP). **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: EDANEE, 1975.

FACCHI, Jehnny Zélia Kalb. **História da formação de professores em Cascavel entre 1951 e 1971: a trajetória das Escolas Normais Carola Moreira e Irene Rickli**. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2013.

FURTADO, Alessandra Cristina; SCHELBAUER, Anaete Regina; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Escola primária rural: caminhos percorridos pelos estados de Mato Grosso e Paraná (1930-1961). In: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antonio Carlos; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **História da escola primária no Brasil**. Investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju-SE: EDISE, 2015, p. 103-146.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva; SCHELBAUER, Anaete Regina. **História e memória: fontes documentais da escolarização primária no município de Cianorte-PR**. Projeto de Iniciação Científica – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2012.

GONÇALVES, Andressa Lariani Paiva. **O Ensino Normal Regional em Cianorte-PR: Da institucionalização às práticas e saberes pedagógicos da Escola Normal Regional Silva Jardim (1957-1964)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2016.

HERVATINI, Luciana. **A escola normal regional e suas práticas pedagógicas: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2011.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Maringá, PR: EDUEM, 2014.

LIMA, Rosângela de. **História do ensino primário rural em Cianorte-PR (1950-1990)**. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2015.

LEMIECHEK, Lucimara. **Aspectos históricos da formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul-PR (1946-1980)**. 280f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, PR, 2014.

MARCHELLI, Paulo Sergio. Da LDB 4.024/61 ao embate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. **Revista e-Curriculum** [online], São Paulo, v.12, n.03 p.1480-1511, Out/Dez, 2014.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. O significado do trabalho de Erasmo Pilotto no cenário educacional paranaense. **Revista Educar**. Curitiba, n.10, 1995.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense: início, consolidação e expansão do movimento**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, D.; ARAÚJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

MONTEIRO, Cicília Rodrigues. **Contribuições de Erasmo Pilotto para expansão do ensino primário no Paraná: alfabetização, ensino rural e formação de professores (1940-1970)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2015.

MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá:UEM,1999.

PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Seção Legislativa de 1948 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná, em 01/05/1948**. Curitiba, 1948.

PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Seção Ordinária da 2ª. Legislatura pelo Senhor Bento Munhoz, Governador do Paraná, em 01/05/1951**. Curitiba,1951.

PARANÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª. Seção Legislativa Ordinária de 1958 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná, em 01/05/1958**. Curitiba, 1958.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6. 2006. Uberlândia, MG, **Anais...** 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. **O desenvolvimento dos cursos de formação de professores primários na fronteira oeste paranaense: a criação da primeira Escola Normal Secundária Pública de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa Ponta Grossa, PR, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. Rituais escolares: liturgia cívica e glorificação da memória (aproximações históricas). In: PORTO, Maria do Rosário Silveira et al. **Tessituras do imaginário: cultura e educação**. Cuiabá: Edunic/ CICE/FEUSP. 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina, PR: Ed. UEL, 2002.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação** [on-line], n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá, PR: EDUEM, 1999. p. 51-85.

VAZ, Fabiana Andréa Barbosa. **Formação de professores no Paraná: a escola normal primária de Ponta Grossa (1924-1941)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2005.

VIDAL, Diana; SCHWARTZ, Cleonara Maria. Sobre cultura escolar e história da educação: questões para debate. In: VIDAL, Diana; SCHWARTZ, Cleonara Maria (Orgs.). **Histórias das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.